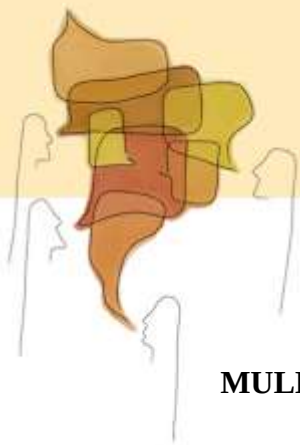




MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO: NOTAS DE PESQUISA

Thais Gomes Shiratori¹

RESUMO

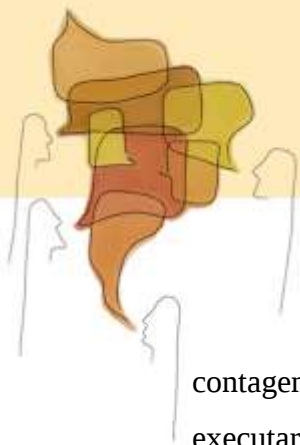
O Brasil não possui dados oficiais sobre o número de pessoas que vivem em situação de rua (Natalino, 2023). Essa ausência de informações reflete a invisibilização desse segmento da população, como parte de um histórico de negligência por parte do Estado brasileiro (Natalino, 2023). Caso mais grave é o de invisibilização e desatenção das mulheres, ainda que em São Paulo em 2021 representassem 16,6% da população em situação de rua (PSR) (São Paulo, 2021a). Embora a presença desse conjunto populacional seja reconhecida, sua presença em geral é somente notada, em vez de ser de fato investigada com profundidade (Pleace, 2016). Com isso, as especificidades e dinâmicas de vida das mulheres em situação de ruas seguem desconhecidas. São Paulo (SP), recorte espacial dessa pesquisa, coloca-se enquanto espaço fundamental de análise já que possui a maior população em situação de rua do país. Esse artigo apresenta as notas de pesquisa da tese de doutorado em fase de desenvolvimento, que busca construir uma abordagem a partir dos estudos populacionais sobre a dinâmica social e as particularidades das vivências das mulheres em situação de rua. Será apresentado um breve panorama dessa problemática, bem como alguns resultados iniciais. Esse trabalho segue o método misto de pesquisa, com objetivos descritivos das informações e exploratórios analíticos da situação de rua das mulheres. Além da revisão da bibliografia nacional e internacional existente sobre o tema, o uso de dados secundários compõe o conjunto de fontes de informações e técnicas de pesquisa. Os resultados sugerem que apesar da violência ser um aspecto constitutivo e transversal da situação de rua, as mulheres possuem agência e protagonismo em suas vivências durante a situação de rua.

Palavras-chave: Mulheres em situação de rua; População em situação de rua; Gênero; Políticas públicas; Resistência.

INTRODUÇÃO

O Brasil não possui dados oficiais sobre o número de pessoas que vivem em situação de rua (Natalino, 2023), embora a contagem desse grupo populacional esteja prevista na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), instituída pelo Decreto no 7.053/2009. Essa população tampouco é incluída nos Censos Demográficos realizados no país pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) e foi público alvo somente de uma única pesquisa nacional intitulada “Aprendendo a Contar” publicada em 2009 (Cunha; Rodrigues, 2009). Essa escassez de informações revela que o debate sobre o tema carece de base empírica, bem como reflete a invisibilização desse segmento da população como parte de um histórico de negligência por parte do Estado brasileiro (Natalino, 2023), uma vez que a

¹ Doutoranda na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: thais.shiratori@gmail.com ORCID: 0000-0002-2819-0075.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

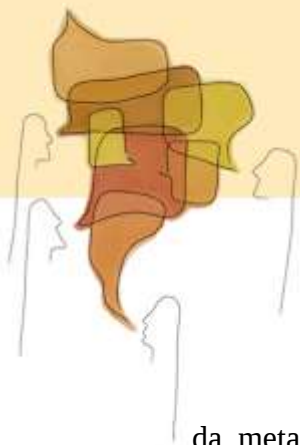
UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

contagem dessa população, é elemento fundamental para o poder público formular, planejar e executar políticas públicas efetivas e, para que assim esse grupo populacional seja reconhecido como sujeitos de direito (Natalino, 2023).

A limitada disponibilidade de dados e a consequente invisibilização dessa população evidenciam uma tendência à naturalização do fenômeno. De acordo com Silva (2006) esse aspecto é também perceptível pela inexistência de políticas sociais capazes de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, pela escassez de dados e informações científicas sobre esse fenômeno social, pela convivência incontestada nos grandes centros urbanos, bem como pela forma de enfrentamento do problema que é tratado enquanto processo natural da sociedade moderna, que deve ser controlado para não comprometer a ordem burguesa.

Ainda segundo Silva (2009) a situação de rua é um fenômeno complexo, urbano e internacional provocado por determinantes e motivos diversos e que resultam em realidades extremamente múltiplas. O fenômeno expressa fortemente a materialização da violência imposta pelo sistema capitalista (Silva, 2009) que por sua vez, revela problemas de cunho socioeconômico, sendo relacionado a fatores estruturais, como ausência de moradia e renda; fatores biográficos, como drogadição, rompimentos dos vínculos familiares; fatores relacionados a desastres de massa e/ou naturais, como enchentes e incêndios (Silva, 2006). Vêras e Ramos (2023) complementam afirmando que a existência da população em situação de rua resulta de injustiças sociais e também revela a inadequação e insuficiência das políticas habitacionais no país, que coloca o acesso à moradia de forma inacessível à grande parte dos trabalhadores.

Segundo o trabalho “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil” realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Natalino, 2023), em 2022, 281.472 pessoas viviam em situação de rua no país (Natalino, 2023). De acordo com os dados obtidos, essa população registrou crescimento 211% entre 2012 e 2022, sendo que somente entre 2019 e 2022 o crescimento foi de 38% (Natalino, 2023). Já o crescimento da população brasileira foi somente de 11%, segundo estimativas realizadas pelo IBGE para o período de 2011 e 2021. Esses dados revelam que o crescimento da população em situação de rua (PSR) no Brasil é superior ao crescimento vegetativo da população e que ocorreu de forma acelerada nos últimos anos, o que evidencia a urgência e relevância social e política da questão no país.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

O trabalho realizado por Natalino (2023) aponta que a região sudeste concentra mais da metade da população em situação de rua do país, com aproximadamente 54% dessa população. Essa porcentagem é quase três vezes maior que a da região Nordeste, que concentra 19% dessa população, região com o segundo maior agrupamento desse segmento populacional.

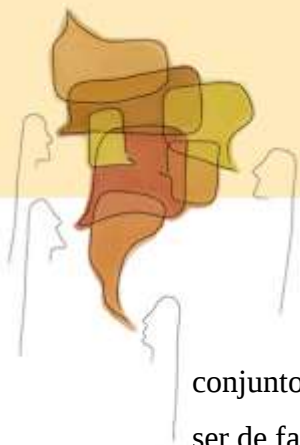
Por sua vez, a cidade de São Paulo, enquanto maior cidade do sudeste possui a maior população em situação de rua da região. De forma semelhante ao contexto nacional, de acordo com Censos realizados no município, a população em situação de rua de São Paulo vem crescendo a taxas positivas desde 2000 (São Paulo, 2021a). A taxa média de crescimento anual dessa população, no período de 2000 a 2019, foi de aproximadamente 5,6%, saltando para 14,4% no período de 2019 a 2021. Já a taxa média de crescimento anual da população da cidade foi para os dois períodos mencionados, respectivamente de 0,9% e 0,1% (São Paulo, 2021a). Dessa maneira, é notório que o crescimento da população em situação de rua é maior do que a da população da cidade de São Paulo, formando assim uma subpopulação específica dentro da própria cidade.

A PSR pode ser caracterizada enquanto grupo em situação de vulnerabilidade social, que é exposta a diversas formas de violência, é vítima de preconceito histórico e possui os direitos básicos violados (Barbosa, 2018; Silva, 2006). Essa população concentra-se majoritariamente nos grandes centros urbanos, é estigmatizada pelo restante da população e enfrenta forte preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade (Silva, 2006).

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR):

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

Caso ainda mais grave é o de negligência e invisibilização das mulheres em situação de rua, ainda que menos expressivas quantitativamente, em São Paulo em 2021 representavam 16,6% da PSR, em relação a 83,4% de homens (São Paulo, 2021a). Embora a presença desse



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

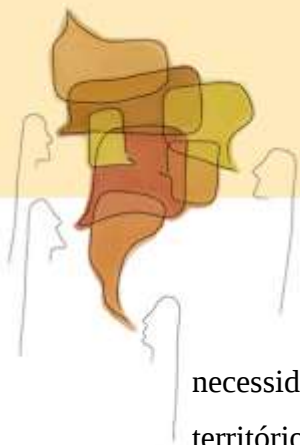
conjunto populacional seja reconhecida, sua presença em geral é somente notada, em vez de ser de fato investigada com profundidade (Pleace, 2016; Eissmann, 2023).

Segundo Mayock e Bretherton (2016) é historicamente reconhecido que a situação de rua é permeada por uma dimensão de gênero, na qual é estruturada por normas e pressupostos distintos. Portanto, a experiência das mulheres cisgênero se difere da de pessoas de outros gêneros, sendo motivada por vulnerabilidades específicas, implicando em diferentes condições de vida, processos de saída das ruas e consequências (Mayock; Bretherton, 2016; Bretherton, 2017; Mayock; Sheridan, 2012; Rosa; Bretas, 2015). Isto é, as vivências e desafios encontrados na situação de rua, assim como, as trajetórias, estratégias e processos de saída serão distintas, já que a dimensão de gênero é uma variável fundamental para compreender tendências e padrões (Bretherton, 2017).

De acordo com Sarmento (2017), em trabalho realizado em Porto Alegre, toda população em situação de rua enfrenta dificuldades comuns, como por exemplo, para acessar políticas habitacionais, dificuldades com os equipamentos de acolhimento e atendimento de saúde, violência policial, dentre outras. Todavia, as mulheres em situação de rua enfrentam dificuldades que só são experienciadas em função da dimensão de gênero, uma vez que a rua se configura enquanto espaço predominantemente masculino, no qual é seguido as normas e regras do modelo patriarcal (Alves, 2013).

São poucas as pesquisas existentes que se dedicaram à compreensão da vivência das mulheres em situação de rua, sua dinâmica populacional e problemática social. Essa limitação faz parte de um contexto histórico de negligência e invisibilização desse grupo social, que tiveram e têm seus direitos básicos constantemente negados e violados. Com isso, é evidente a urgência de trabalhos que se proponham a investigar os aspectos que marcam a experiência de rua desse segmento populacional no país.

A elaboração de políticas públicas efetivas para a população em situação de rua perpassa necessariamente pela atenção às questões de gênero, as especificidades e diversidade de demandas. Isto é, é importante entender as singularidades da vivência das mulheres, já que gênero e a situação de rua configuram-se de formas distintas em cada localidade. Esse artigo constitui as notas de pesquisa da tese de doutorado em fase de desenvolvimento. Serão apresentados um panorama da situação de rua das mulheres em São Paulo, dando destaque para a dimensão da resistência diante da violência que as atravessam. Dessa forma, frente à



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

necessidade de olhar para essas mulheres, compõem os desafios deste estudo, olhar para o território e reconhecer essa realidade, suas necessidades e demandas específicas.

MÉTODOS

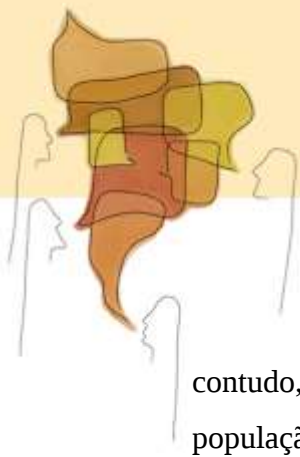
Esse trabalho segue o método misto de pesquisa, com objetivos descritivos das informações e exploratórios analíticos da situação de rua das mulheres. Além da revisão da bibliografia nacional e internacional existente sobre o tema, tendo em vista os objetivos de pesquisa mencionados, o uso de dados secundários compõe o conjunto de fontes de informações e técnicas de pesquisa.

Para reconhecer tal realidade, inicialmente foi sistematizado e analisado os dados existentes nas principais fontes de informação sobre essa população. Com isso, foi construído um quadro de referência sobre as mulheres em situação de rua, com análises das informações sociodemográficas sobre esse segmento da população, suas dinâmicas sociais e as principais características que marcam suas vivências na cidade de São Paulo. Essas informações foram construídas a partir da análise dos últimos Censos realizados no município (São Paulo, 2015; 2019; 2021a; 2021b).

RESULTADO E DISCUSSÃO

A população em situação de rua de São Paulo é formada majoritariamente por pessoas do sexo masculino, representando 83,4% dessa população em 2021 (São Paulo, 2021b). Como apresenta o Gráfico 1, é interessante notar que apesar da maior proporção de pessoas do sexo masculino, houve aumento da proporção de pessoas do sexo feminino² ao longo das pesquisas analisadas, passando de 16% em 2015 para 16,6% da população em 2021. Evidentemente as mulheres representam menor proporção dessa população na cidade,

² É importante esclarecer que nos resultados apresentados a variável sexo foi utilizada enquanto *proxy* para gênero, essa estratégia foi adotada diante da baixa representatividade amostral de acordo com gênero, aspecto este que limita a construção de análises estatísticas confiáveis. Certamente as informações que serão apresentadas fornecem indícios importantes das características que marcam essa população, mas infelizmente permitem identificar somente aspectos gerais, já que o tamanho amostral da população de mulheres é um fator limitante para a construção de análises mais robustas. Para a melhor compreensão da realidade e particularidades das mulheres em situação de rua, é evidente a urgência de pesquisas que permitam de forma aprofundada, identificar e analisar as características das mulheres a partir da utilização específica da variável de gênero e seguindo metodologias de trabalho que se adequem para as questões que serão investigadas a fim de preencher as lacunas existentes a respeito desse segmento da população.



III Semana da Demografia

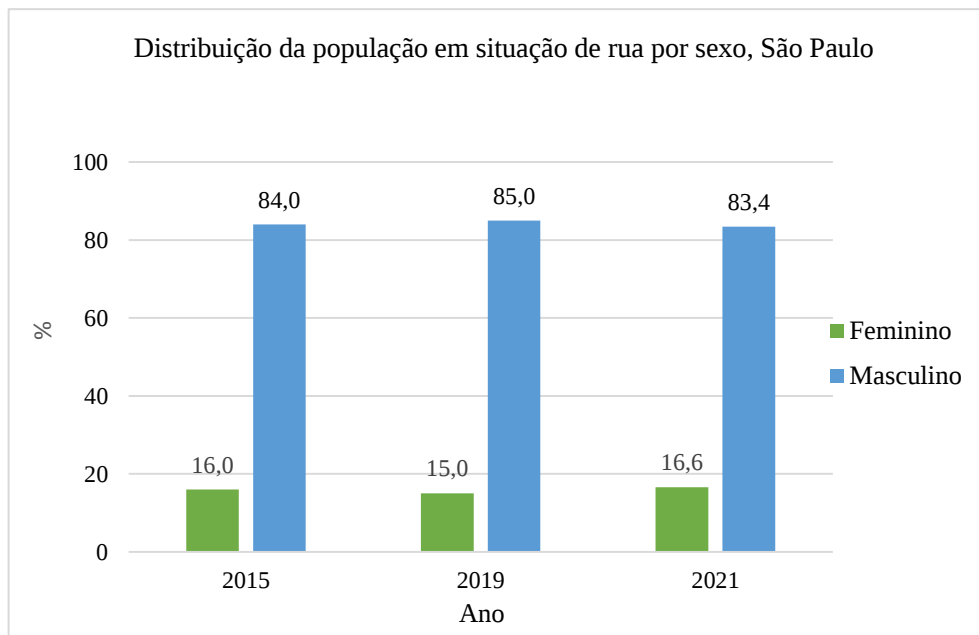
Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

contudo, compõem um subgrupo significativo quantitativamente e sempre presente entre a população em situação de rua.

A literatura sobre o tema sugere que as mulheres em situação de rua estão expostas a violações e vulnerabilidades específicas e gendradas, que fazem com que a violência se apresente a partir de múltiplas formas. Isto é, a violência se manifesta e configura de maneiras distintas em diferentes momentos de suas trajetórias de vida (Richwin; Zanello, 2023). Dessa maneira, além de ser um dos aspectos explicativos que impulsionam a situação de rua das mulheres, a violência é também colocada como um dos principais riscos enfrentados e consequências para essas mulheres (Sarmiento, 2017).

GRÁFICO 1 – Distribuição da população em situação de rua por sexo, São Paulo



Fonte: São Paulo (2015; 2019; 2021b).

As pesquisas apontam que antes da situação de rua, é expressivo a incidência de abusos na infância, violência doméstica, violência física e violência sexual, sendo estes os principais motivadores para a ida para as ruas (Rosa; Bretas, 2015; Sanchotene; De Antoni; Munhós, 2019; Biscotto *et al.*, 2016). De acordo com Richwin e Zanello (2023), é preciso considerar que essas formas de violência incidem em contextos marcados também pela presença constante violências estruturais, com isso, muitas vezes as violências físicas e sexuais podem não ser a causa absoluta, mas sim eventos deflagradores de situações já

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

vulneráveis (Richwin; Zanello, 2023). Dessa maneira, diante das violências constituídas por macroprocessos históricos e sociais, marcadas por opressões de gênero, raça e classe, a situação de rua se coloca muitas vezes enquanto única possibilidade de sobrevivência (Richwin; Zanello, 2023).

Para compreensão da trajetória da situação de rua das mulheres em São Paulo é fundamental identificar os principais motivos que levaram a ida para as ruas. Ao analisar a Tabela 1, chama atenção que os conflitos familiares, perda de moradia e perda de trabalho e renda foram os principais condicionantes entre homens e mulheres para a situação de rua. Apesar da proporção semelhante dos diversos motivos para a situação de rua entre homens e mulheres, merece destaque a importância distinta de algumas causas de acordo com gênero. Nesse sentido, nota-se a maior proporção de mulheres que pontuaram motivos de ordem estrutural, como a perda de moradia, bem como a maior proporção de homens apontaram motivos de ordem individual, como a dependência de álcool e drogas enquanto motivadores³.

TABELA 1 – Motivos para estar em situação de rua

MOTIVOS PARA ESTAR EM SITUAÇÃO DE RUA	MASCULINO %	FEMININO %
Conflitos familiares	35,5	36,1
Dependência de álcool	15,2	4,7
Dependência de drogas ilícitas	18,4	11,3
Perda de moradia	12,1	23,2
Perda de trabalho/renda	28,6	31,7
Egresso do sistema prisional	2,8	0,8
Imigração	0,9	5,0
Migração	1,1	1,8
Deslocados urbanos	0,9	1,1
Pandemia pela Covid-19	1,5	0,8
Problemas de saúde (depressão, vinda para São Paulo para tratamento de saúde, etc.)	4,2	4,7
Falecimento de parentes	3,4	2,1
Escolha própria	4,4	3,4
Outro	1,0	1,6

Fonte: São Paulo (2021a).

³ É importante mencionar que os entrevistados podiam selecionar mais de uma resposta para essa questão. Portanto, os motivos relatados possivelmente podem estar associados e a situação de rua pode ser resultante da interação entre diferentes causas sociais, econômicas e familiares.

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Considerando a centralidade que os conflitos familiares possuem enquanto fator explicativo para a situação de rua, a Tabela 2 apresenta os principais motivos dos conflitos familiares e dos rompimentos de vínculos⁴ apontados pelos entrevistados. Ao analisar tais informações chama atenção a proporção distinta em que os conflitos familiares foram impulsionados pela violência doméstica, entre as mulheres 10,3% e entre homens somente 1,8%. Por outro lado, diferente proporção entre homens e mulheres é notada em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas enquanto condicionante dos conflitos, representando respectivamente, 11,7% e 4,2%.

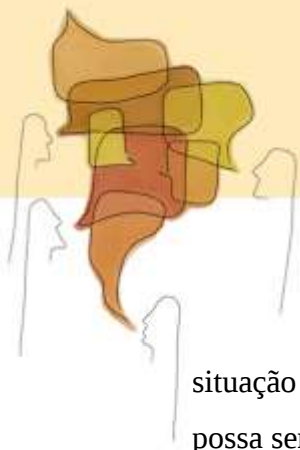
TABELA 2 – Motivos do conflito familiar

MOTIVO DO CONFLITO FAMILIAR	% MASCULINO	% FEMININO
Vítima de Violência doméstica	1,84	10,32
Autoria de Violência doméstica	1,84	4,76
Uso abusivo de álcool e outras drogas	11,73	4,23
Questões de identidade de gênero e sexualidade	1,33	2,38
Termino de relacionamento	8,12	4,50
Questões envolvendo dinheiro	5,33	5,29
Questões envolvendo falta de trabalho	2,54	2,12
Religião	0,63	0,53
Política	0,19	0,53
Não se dava bem com os familiares	1,46	3,17
Outro(s)	1,65	1,59

Fonte: São Paulo (2021a).

A centralidade das questões de ordem econômica e da violência doméstica como fatores explicativos para a situação de rua aponta particularidades da vivência das mulheres em São Paulo. Segundo Reeve (2018) restrições de ordem econômica e social pode explicar tal associação, já que fazem com que muitas mulheres sejam dependentes de parceiros para ter acesso a moradia e renda, com isso, quando passam a ser vítimas de violência ou quando a relação é rompida, passam a viver em situação de rua (Reeve, 2018). Além disso, as mulheres são associadas ao papel de cuidadoras e quando exercem trabalho remunerado muitas vezes possuem salários menores e acabam sendo dependentes financeiramente. Dessa forma, a

⁴ De forma semelhante essa questão permitia resposta múltipla. Com isso, o conflito familiar pode ser resultado da associação complexa de diversos fatores ou até mesmo, somente a causa final da ida às ruas.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

situação de rua pode ser resultado da dependência econômica, embora a violência doméstica possa ser o gatilho (Reeve, 2018).

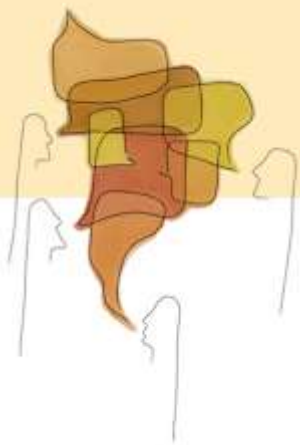
Por sua vez, durante a situação de rua as violências permanecem, persistindo a violência física, sexual e policial (Richwin; Zanello, 2023; Rosa; Bretas, 2015; Sanchotene; De Antoni; Munhós, 2019; Biscotto *et al.*, 2016). Além disso, pesquisas apontam que as próprias estratégias de sobrevivência das mulheres em situação de rua frente aos perigos enfrentados, são marcadas pela desigualdade e violência de gênero, como por exemplo, ao manterem relacionamentos íntimos em troca de proteção, mesmo quando são agredidas (Richwin; Zanello, 2023).

As informações do Censo realizado em 2021 (Tabela 3) na cidade revelam que durante a situação de rua, somente em uma das formas de violência sofridas (espancamento/violência corporal/paulada e humilhações) as mulheres apresentaram menor proporção de respostas afirmativas. Dentre as demais, nota-se a elevada proporção de mulheres vítimas de diferentes formas de violência. Contudo, merece destaque a proporção superior de mulheres vítimas de abuso sexual, ameaças, espancamento/violência corporal/paulada e humilhações.

TABELA 3 – Que tipo de violência sofreu?

QUE TIPO DE VIOLÊNCIA VOCÊ SOFREU?	MASCULINO %	FEMININO %
Abuso sexual	1,5	13,9
Ameaça	7,0	11,3
Discriminação de gênero ou orientação sexual	3,1	4,4
Discriminação por classe social	9,8	9,8
Discriminação por religião	1,0	2,1
Discriminação racial	4,8	5,9
Espancamento/briga/luta corporal/paulada, etc	23,1	21,9
Humilhação	13,9	18,5
Insultos/xingamentos	12,0	15,2
Roubo/furto	11,3	12,6
Retirado da rua à força	1,7	2,3
Tiro/facada/queimadura, etc	5,4	4,4
Não sofreu violência	48,7	47,6

Fonte: São Paulo (2021a).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Os dados apresentados anteriormente corroboram trabalhos de pesquisadores internacionais sobre o tema, que apontam forte associação entre a situação de rua das mulheres e diversas formas de violência e abusos, em especial com a violência doméstica (Bretherton; Mayock, 2021), bem como de autores brasileiros, que apontam que a violência é um aspecto constitutivo e transversal da situação de rua das mulheres no Brasil (Richwin; Zanello, 2023; Rosa; Bretas, 2015; Sanchotene; De Antoni; Munhós, 2019; Biscotto *et al.*, 2016).

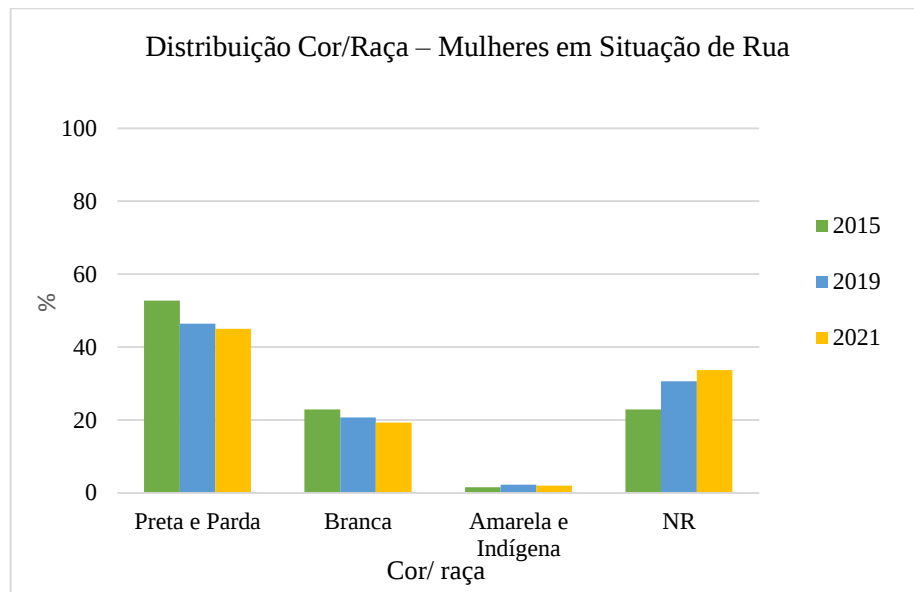
As diferentes formas de violência que atingem as mulheres em situação de rua podem ser interpretadas enquanto resultado de relações de poder e dominação que perpassam as construções sociais de gênero, que por sua vez colocam o masculino em posição superior (Bourdieu, 2024). A violência é presente na vida dessas mulheres mesmo antes da situação de rua de forma física e visível, mas também a partir de formas estruturais e invisibilizadas (Richwin; Zanello, 2023). Com isso, além da dimensão física e sexual, a dimensão simbólica da violência que atinge as mulheres sugere formas pelas quais essas violações se configuram enquanto elemento constante e determinante da vivência da maioria das que vivem em situação de rua.

Diante desse cenário, a fim de construir uma análise adequada de uma realidade complexa, é fundamental considerar que as vivências das mulheres em situação de rua são permeadas por marcadores sociais que exercem forte influência em suas dinâmicas, possibilidades de vida e violências enfrentadas. Com isso, investigar essa realidade demanda levar em consideração a impossibilidade de separação de aspectos estruturais que permeiam suas vidas, já que diferentes sistemas discriminatórios se cruzam e contribuem para vulnerabilidades particulares. Por isso, a perspectiva analítica da interseccionalidade é uma ferramenta metodológica adequada, uma vez que o conceito busca exemplificar as consequências estruturais e dinâmica de interação entre distintos eixos de subordinação (Crenshaw, 2002; Lugones, 2014).

De forma semelhante à população em situação de rua geral, são majoritariamente mulheres pretas e pardas que compõem essa subpopulação, representando 45% das mulheres em situação de rua em 2021. No mesmo ano, possuindo participação menos expressiva, mulheres brancas representavam 19,3% desse grupo populacional. Vale pontuar que essa

característica desse grupo populacional, como apresenta o Gráfico 2, manteve tendência semelhante ao longo do tempo analisado.

GRÁFICO 2 – Distribuição de mulheres por situação de rua por cor/raça

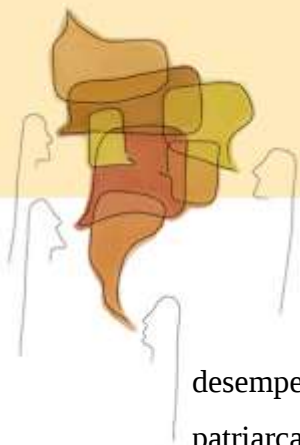


Fonte: São Paulo (2015; 2019; 2021b).

Quanto à posição econômica dessas mulheres antes e durante a situação de rua, em 2021 a maior proporção das entrevistadas, que representavam 27% da amostra, afirmaram que antes da situação de rua trabalhavam com serviços de faxina, limpeza ou cozinha. Segunda maior proporção das mulheres, representando 18,1%, apontaram que desenvolviam outras atividades autônomas e 17,6% não trabalhavam. Essa informação aponta que antes da situação de rua, essas mulheres ocupavam postos de trabalho de baixa remuneração e evidenciam dificuldades de inserção laboral.

Por sua vez, já em situação de rua, 54,2% das mulheres afirmaram não trabalhar e 41,2% trabalhar por conta própria ou fazendo “bicos”. Dentre as formas de ganhar dinheiro, 9,2% apontaram ganhar dinheiro com serviço de limpeza, cozinha ou faxina, 10,5% com comércio ambulante, 10% atividades autônomas, 18,2% com coleta de materiais recicláveis, 11,8% pedindo dinheiro e 28,6% apontaram não fazer nada para ganhar dinheiro.

As informações sobre a posição econômica e inserção laboral dessas mulheres apontam que, assim como grande parte das mulheres racializadas do país, as que vivem em situação de rua eram responsáveis por abrir a cidade (Vergès, 2020). Isto é, eram elas que ao



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

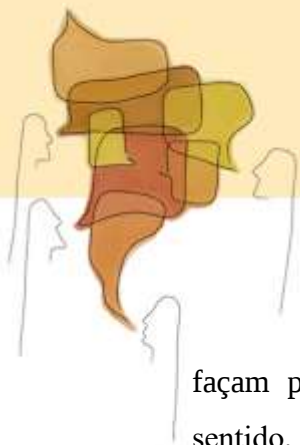
UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

desempenharem trabalho perigoso, mal pago e não qualificado, limpavam os espaços que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para manter seu funcionamento. Nesse sentido, seus corpos eram e seguem, durante a situação de rua, sendo invisíveis e seu esgotamento é resultado da lógica histórica do extrativismo de trabalho dos seus corpos racializados em terras colonizadas, que é fundada em uma organização social baseada na exploração e fabricação de vidas supérfluas (Vergès, 2020).

De acordo com Crenshaw (2002), a interseccionalidade aponta que múltiplas formas de opressão constituem relações complexas de poder, uma vez que os sistemas discriminatórios não são excludentes, mas sim interativos e juntos compõem modelos específicos de subordinação. Isto é, diferentes sistemas discriminatórios criam desigualdades estruturais que demarcam posições específicas de acordo com gênero, raça, classe, dentre outras (Crenshaw, 2002). Em outros termos, patriarcado, sexismo e racismo são dimensões que se articulam gerando diversas formas de opressão que moldam essa vivência, pois além de fazerem parte da PSR – já estigmatizada e marginalizada – também são mulheres, negras e de baixa renda. Como resultado, enfrentam diariamente diversas opressões de gênero, raça e classe, mas não somente, dado que os diferentes sistemas de opressão se cruzam e se sobrepõem, resultando em intersecções complexas e específicas.

De forma semelhante, Lugones (2008; 2010; 2014) ao criticar a separação entre as categorias de raça, classe, sexualidade e gênero nas análises das sociedades colonizadas, propõe uma teoria interseccional do sistema de poder moderno/ colonial. Segundo a autora, o hegemônico sistema moderno é incorporado por estruturas sistêmicas de poder no sistema capitalista, com isso, a perspectiva analítica proposta, aponta que a vida social e política é permeada pela interconexão entre diversos sistemas de opressão que envolve complexas relações de poder. Nesse contexto, a colonialidade de gênero se apresenta como característica estrutural das sociedades capitalistas colonizadas, já que na medida em que incorpora uma percepção dicotômica entre raça, classe, gênero e sexualidade colocam as mulheres racializadas em uma posição de invisibilidade e subalternização (Lugones, 2014).

A colonialidade de gênero sintetiza um modo particular de classificação dos povos, a partir do processo de redução e desumanização das pessoas – nesse debate, as mulheres racializadas – que coloca o colonizado em uma posição de menos que seres humanos (Lugones, 2008; 2014). A colonialidade silencia e inferioriza vidas e modos de viver que não



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

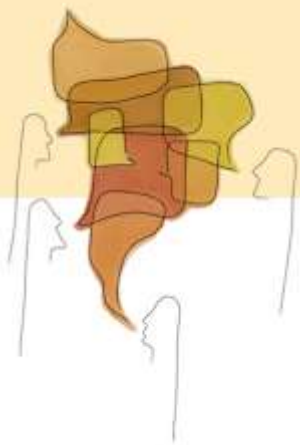
UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

façam parte dos padrões hegemônicos definidos pelo sistema moderno/ colonial. Nesse sentido, sua teoria é uma “crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade” (Lugones, 2014, p. 935).

Todavia, para além das diversas e complexas formas de opressão, essas realidades são também constituídas por práticas de resistência às relações de poder que moldam o sistema capitalista global (Lugones, 2003; 2010; 2014). Ou seja, esse processo foi e segue sendo acompanhado por diversas formas de resistência, que é visível na construção de entendimentos que negam os significados e a organização social que são estruturados pelo poder hegemônico. Essas práticas de resistência constituem estratégias de superar a colonialidade do gênero e podem ser interpretadas como parte do feminismo decolonial (Lugones, 2010; 2014). Segundo a autora, as diferentes formas de opressão operam em uma lógica de negação da humanidade de determinados grupos, portanto, diante dessa realidade, as formas de resistência se constituem a partir da afirmação dessa humanidade (Lugones, 2010).

Ainda segundo Lugones (2014), a resistência pode ser entendida como a tensão existente entre a sujeição e a subjetividade ativa do sujeito colonizado, necessária para que a relação entre opressão e resistência seja ativa. Essa subjetividade é entendida como uma infrapolítica, que se refere ao que não é reconhecido como resistência pelo poder hegemônico, mas que possui potencial para promover rupturas com as formas de dominação. Isto é, o conceito aponta o potencial que os grupos oprimidos têm de construir significados que recusam os criados e impostos pelo poder hegemônico.

Desse modo, a partir da constituição dessa subjetividade ativa, é formado o que a autora chama de *lócus fraturado* que é constituído por uma consciência dupla e múltipla pela diferença existente entre o que resiste e o poder hegemônico. No *lócus fraturado* é continuamente mantido e construído formas criativas de pensar, relacionar e agir, que se opõem à lógica do capital (Lugones, 2003). A partir do entendimento da constituição e forma de agir da resistência, segundo Lugones (2014) o feminismo decolonial:



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

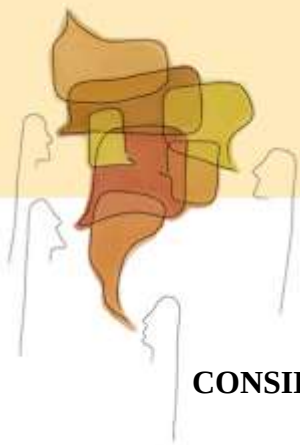
Move-se contra a análise sociocientífica objetificada, visando, ao invés, compreender sujeitos e enfatizar a subjetividade ativa na medida em que busca o lócus fraturado que resiste à colonialidade do gênero no ponto de partida da coalizão. Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o lócus fraturado é comum a todos/ as, é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras (LUGONES, 2014, p. 948).

Nesse contexto, o feminismo decolonial proposto pela autora aponta a interseccionalidade das opressões presente do sistema de poder hegemônico e a feminista decolonial começa identificando a diferença colonial e resistindo ao seu próprio modo de apagar, ao ver essa diferença “ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial” (Lugones, 2014, p. 948).

Já segundo Vergès (2020) o feminismo decolonial faz parte de uma nova fase do processo de descolonização, é uma continuação das lutas de emancipação das mulheres do Sul global. De acordo com a autora, essa perspectiva é construída a partir de uma análise multidimensional da opressão, já que se posiciona fortemente contra o capitalismo, o racismo e o sexismo. Isto é, sem sobrepor ou hierarquizar uma forma de dominação à outra luta contra todas as formas de opressão, já que o direito das mulheres quando esvaziados da dimensão racial torna-se uma ferramenta aos interesses civilizatórios (Vergès, 2020).

Dessa maneira, a perspectiva analítica do feminismo decolonial construída por Vergès (2020), de forma semelhante, permite reconhecer as lutas frente a violência enfrentada e a agência das mulheres em um cotidiano marcado por relações de dominação e exploração coloniais, onde a questão de raça se impôs de forma hegemônica (Vergès, 2020). A análise da vivência dessas mulheres contribui para a luta de parte da humanidade pelo direito à existência e faz ressurgir do silêncio as vidas das mulheres “anônimas” ao visibilizar uma realidade constantemente apagada, ao incorporar a perspectiva de:

[...] Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo ‘mulher’ designa uma posição social e política, não estritamente biológica. *Um* feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto a questionamentos, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias (Vergès, 2020, p. 13-14).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

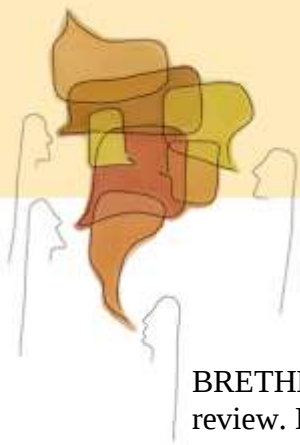
O objetivo do artigo era apresentar um panorama geral das mulheres em situação de rua em São Paulo, a fim reconhecer e dar visibilidade para as vivências das mulheres. Os dados apresentados corroboram as pesquisas existentes no contexto nacional e internacional que revelam que a violência é um aspecto constitutivo e sempre presente na situação de rua das mulheres no Brasil (Richwin; Zanello, 2023; Rosa; Bretas, 2015; Sanchotene; De Antoni; Munhós, 2019; Biscotto *et al.*, 2016). Isto é, a violência é elemento fundamental das trajetórias, estratégias e dinâmicas de vida antes, durante e para a saída da situação de rua.

Além disso, a leitura interseccional (Crenshaw, 2002; Lugones, 2014; 2008) e do feminismo decolonial (Vergès, 2020; Lugones, 2014; 2010), permite analisar a situação de rua a partir do reconhecimento das lutas de enfrentamento das mulheres do Sul global como parte de um contexto de relações coloniais, que aponta como os marcadores sociais de gênero, raça e classe autorizam a violência dos corpos e subjetividades (Bourdieu, 2005, 2024; Richwin; Zanello, 2023). Nesse sentido, é evidente que a vivência dessas mulheres é também constituída por práticas de resistência diante das diversas formas de violência que as atingem.

Vale mencionar que esse artigo constitui as notas de pesquisa da tese de doutorado ainda em fase de desenvolvimento. Com isso, o aprofundamento da análise dessa realidade e das particularidades que marcam a vivência dessas mulheres, serão investigadas nas etapas seguintes do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **Vidas privadas em espaços públicos: uma análise da violência contra a mulher moradora de rua em Fort.** 2013. 118f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2013.
- BARBOSA, José Carlos Gomes. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados.** Brasília, DF: IPEA, 2018.
- BISCOTTO, Priscilla *et al.* Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, SP, v. 50, n. 5, p. 749-755, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de: Maria Helena Kühner. 23. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

BRETHERTON, Joanne; MAYOCK, Paula. **Women's homelessness: european evidence review**. Brussels: FEANTSA, 2021.

BRETHERTON, Joanne. Reconsidering gender in homelessness. **European Journal of Homelessness**, Brussels, v. 11, n. 1, 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga; RODRIGUES, Monica. **Rua, aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre população em situação de rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

EISSMANN, Ignacio. Características y trayectorias de las mujeres que experimentan situaciones de Calle en Chile. **International Journal on Homelessness**, London, v. 3, n. 3, p. 123-159, 2023.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

LUGONES, María. Toward a decolonial feminism. **Hypatia**, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. **Pilgrimages/peregrinajes: theorizing coalition against multiple oppressions**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2003.

MAYOCK, Paula; BRETHERTON, Joanne (ed.). **Women's homelessness in Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

MAYOCK, Paula; SHERIDAN, Sarah. **Women's 'Journeys' to homelessness: key findings from a biographical study of homeless women in Ireland**. Dublin: School of Social Work and Social Policy and Children's Research Centre, Trinity College Dublin, 2012. (Women and Homelessness in Ireland, Research Paper 1).

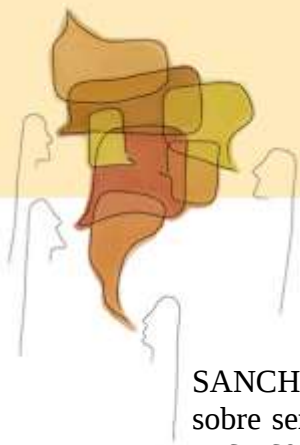
NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília, DF: IPEA, 2023.

PLEACE, Nicholas. Exclusion by definition: the under-representation of women in european homelessness statistics. In: MAYOCK, P.; BRETHERTON J. (ed.). **Women's homelessness in Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 105-126.

REEVE, Kesia. Women and homelessness: putting gender back on the agenda. **People, Place and Policy Online**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 165-174, 2018.

RICHWIN, Iara Flor; ZANELLO, Valeska. “‘Desde casa, desde berço, desde sempre’: violência e mulheres em situação de rua”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 31, n. 1, n. art. e77926, 2023.

ROSA, Anderson da Silva; BRETAS, Ana Cristina Passarella. Violence in the lives of homeless women in the city of São Paulo, Brazil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 19, n. 53, p. 275-285, 2015.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

SANCHOTENE, Iulla; DE ANTONI, Clarissa; MUNHÓS, Aline. Maria, Maria: concepções sobre ser mulher em situação de rua. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, RS, v. 18, n. 1, p. 146-160, 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **Produto IX – Relatório final da pesquisa amostral do perfil socioeconômico**: pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2021a.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Produto. **V – Relatório completo do Censo**: pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2021b.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. SMADS – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; QUALITEST – Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda. **Censo da população em situação de rua e caracterização socioeconômica da população adulta na cidade de São Paulo**. São Paulo, SP, 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. SMADS – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Pesquisa censitária da população em situação de rua**: caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo: sumário executivo. São Paulo, SP, 2015.

SARMENTO, Caroline Silveira. **O gênero na rua**: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. 2017. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; RAMOS, Isabela de Souza. Espaços públicos centrais em São Paulo: um ensaio sobre a desigualdade urbana. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, RS, v. 13, n. 2, p. 36-63, 2023.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo, SP: Ubu, 2020.